



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sergio Moro

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - 8 de Janeiro

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, informações sobre o Relatório de Inteligência nº 004/2023/SPAC/CGOFN/DFNSP, elaborado em 5 de janeiro de 2023, com alertas de possíveis atos violentos contra as instituições, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor da Força Nacional de Segurança Pública, informações sobre o Relatório de Inteligência nº 004/2023/SPAC/CGOFN/DFNSP, elaborado em 5 de janeiro de 2023, com alertas de possíveis atos violentos contra as instituições, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia da íntegra do Relatório de Inteligência nº 004/2023/SPAC/CGOFN/DFNSP, produzido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública.
2. Cópia dos e-mails em que foram enviados o relatório referido acima, com a devida identificação dos destinatários.
3. Se houver, cópia das respostas dos destinatários que receberam o relatório de inteligência da FNSP e possíveis encaminhamentos e providências.

JUSTIFICAÇÃO

Com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento das investigações no âmbito desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, faz-se necessário o envio da cópia integral do relatório de inteligência produzido pela Força Nacional de Segurança Pública, dias antes dos atos antidemocráticos que ocorreram no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, para que as autoridades responsáveis prestem esclarecimentos sobre as providências que foram tomadas a partir do conhecimento dos alertas expostos no referido relatório.

Conforme matéria publicada pela Folha, no dia 26 de setembro de 2023, a existência do relatório é conhecida desde janeiro, mas diversas autoridades afirmam desconhecer o teor. A CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal solicitou cópia do documento no início de suas investigações, mas não o recebeu. Em maio, a Folha solicitou a íntegra do relatório via Lei de Acesso à Informação, mas teve a solicitação negada, com a justificativa de documento sigiloso.

Segundo informações da Folha, "o documento afirmou que havia preparativos em curso para um atentado contra as instituições no dia 8 de janeiro (inclusive com o uso de armas de fogo e explosivos artesanais) e sugeriu a existência de uma "associação extremista criminoso com motivações políticoideológicas". O relatório listou uma série de mensagens trocadas em um grupo de WhatsApp com 237 integrantes chamado "Rifas tiro e pesca", e concluiu: "Alguns membros mais exaltados podem vir a concretizar o que planejam e manifestam em suas postagens... No grupo em discussão, percebemos vários diálogos onde integrantes instigam os demais a participarem de um ato que ocorrerá em Brasília no próximo dia 08 de janeiro do corrente ano, não de forma pacífica, mas com o uso de violência mediante a utilização de armas de fogo, bem como explosivos artesanais", disse o texto".

A lista de destinatários indicou que o Diretor da FNSP, à época sob o comando do Delegado Ivair Matos Santos, e que a Diretoria de Inteligência do

Ministério da Justiça, sob o comando de Tomás de Almeida Viana, receberam o Relatório de Inteligência.

Questionado, o Ministério da Justiça esquivou-se, dizendo não saber das ações tomadas a partir do relatório, que foi entregue à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para as providências cabíveis, já que compete à ela a coordenação do policiamento da Esplanada dos Ministérios.

Diante das narrativas, é imprescindível que a Força Nacional de Segurança Pública encaminhe a íntegra o Relatório de Inteligência descrito neste requerimento, para apurar eventuais discrepâncias nas avaliações de risco por parte dos órgãos federais e por parte das forças de segurança do Distrito Federal.

Por tais razões, peço o apoio dos nobres Pares ao Requerimento que ora apresento.

Sala da Comissão, 26 de setembro de 2023.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)